



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

**A VIOLÊNCIA SEXUAL E OUTROS MOTIVOS PARA O ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO  
COMPARATIVO**

Carlos Joaquim Barbosa da Rocha

**Belém - Pará  
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

**A VIOLÊNCIA SEXUAL E OUTROS MOTIVOS PARA O ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO  
COMPARATIVO**

Carlos Joaquim Barbosa da Rocha

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

**Área de Concentração:** Ecoetologia.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lília Iêda Chaves Cavalcante

**Belém – Pará  
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

---

Rocha, Carlos Joaquim Barbosa da, 1990-

A violência sexual e outros motivos para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: um estudo comparativo / Carlos Joaquim Barbosa da Rocha. — 2018.

Orientadora: Lília Iêda Chaves Cavalcante

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2018.

1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Acolhimento institucional (Crianças). 4. Acolhimento institucional (Adolescentes). 5. Violência sexual: Crianças: Adolescentes. 6. Assistência institucional (Acolhimento). I. Título.

CDD - 23. ed. 155.9

---



Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento - NTPC  
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do  
Comportamento - PPGTPC  
Mail: secretariappgtpcufpa@gmail.com  
Site: ppgtpc.proesp.ufpa.br/index.php/br/  
Rua Augusto Corrêa nº 01  
CEP: 66075 - 110. Guamá. Belém/PA  
Fones: 32018542 / 32018476

## Dissertação de Mestrado

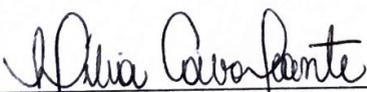
# “A Violência Sexual e Outros Motivos Para o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Um Estudo Comparativo”.

**Aluna: Carlos Joaquim Barbosa da Rocha.**

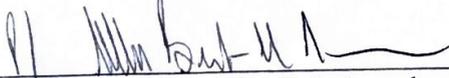
**Data da Defesa: 28 de Fevereiro de 2018.**

**Resultado: Aprovado.**

**Banca examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lília Iêda Chaves Cavalcante (orientadora - UFPA).

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Milene Maria Xavier Veloso (membro 1 – UFPA).

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Castro dos Reis (membro 2 – UFPA, via Skype).

## **Agradecimentos**

À minha mãe, Terezinha, pelo o amor, dedicação, apoio e sacrifício, fazendo da minha caminhada até aqui mais leve e segura.

Ao meu pai, irmãos e sobrinhos, por serem simplesmente o que são: a família que devo amar e zelar.

À Ilcéia Santos, a professora/vizinha que não só me apontou o caminho da educação/conhecimento, mas que caminhou junto comigo até que eu pudesse seguir sozinho.

À Lília Cavalcante, minha orientadora, por sua ética, rigor, disponibilidade e graciosidade. Com ela se aprende sobre o amor fazendo ciência. “Ela merece muitos corações”.

As professoras Daniela Reis e Milene Veloso por aceitarem participar da banca e disporem de seu tempo para avaliar este trabalho. Prestimosa é a contribuição de vocês.

À Lucilene da Costa, pelo suporte e estímulo indispensáveis ao meu crescimento enquanto profissional e pesquisador. E também por sua amizade encorajadora.

Aos membros do Grupo de Estudos de Autores de Violência (GEAV), em especial a Jacqueline e ao Zenildo, por serem parceiros de pesquisa, escrita e reflexões sobre o fenômeno da violência.

À Irlana França, minha grande amiga e parceira com quem compartilhei o melhor e o pior dos quase seis anos de graduação em Psicologia, e que agora dividiu comigo as dores do percurso do mestrado. É muito bom saber que a gente caminha junto, mesmo longe.

À Elizabeth Araújo e Julio César, amigos queridos que ofereciam a audiência menos punitiva possível, contexto propício para eu expressar minhas reflexões, ideias e críticas.

Ao Renan Santos, pela sempre prazerosa companhia e incrível hospitalidade. Obrigado, amigo.

À Tricia Noronha e Paulo Cesar, “amigos mais chegados que irmãos”, com quem nunca falta assunto para conversar e tenho certeza que sempre estenderão a mão quando eu precisar. Tenho vocês em mais alta estima.

As queridíssimas amigas Taiza Ferreira e Andrielli Moraes, amizades providenciais em tempos de angústia e, muitas vezes, de desespero em Tucuruí.

Ao Anderson Felipe, meu primeiro e grande amigo, em memória ao companheirismo da infância, dos momentos divertidos que tivemos juntos e a ajuda sempre paciente e qualificada com assuntos de matemática. Um estudante dedicado que sempre me serviu de inspiração. Serei eternamente grato, amigo.

## Sumário

Resumo .....	vi
Abstract.....	vii
Lista de Siglas .....	viii
Lista de Tabelas .....	ix
Apresentação.....	1
Introdução .....	4
Artigo: A violência sexual e outros motivos para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: um estudo comparativo.....	8
Método .....	19
Delineamento.....	19
Amostra .....	19
Contexto da Pesquisa.....	19
Instrumentos e Materiais .....	19
Procedimentos .....	20
Resultados .....	21
Discussão.....	28
Considerações Finais.....	36
Referências .....	38

## Resumo

Rocha, C. J. B. (2018). A violência sexual e outros motivos para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: um estudo comparativo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-Pa. p. 54.

Esta dissertação teve como objetivo descrever e comparar as características biossociodemográficas e do processo de acolhimento institucional de uma amostra de crianças e adolescentes distribuídas em dois grupos, com base no motivo que justificou a aplicação dessa medida de proteção especial: violência sexual e outros motivos. Consistiu em um estudo de natureza descritiva com análise quantitativa de dados extraídos a partir de pesquisa documental. A amostra foi constituída por 458 prontuários, sendo 220 de crianças e 238 de adolescentes acolhidos em 15 instituições da Região Metropolitana de Belém, em 2012. As informações dos prontuários foram registradas em um formulário de caracterização do perfil biossociodemográfico e características do processo de acolhimento. Para a análise dos dados, a amostra foi dividida em dois grupos: G1, acolhidos por motivo de violência sexual, e G2, acolhidos por outros motivos. Por meio do *software* SPSS, efetuou-se estatísticas descritivas e inferenciais. Os resultados mostraram que a violência sexual (G1) foi o motivo que justificou o acolhimento para 67 (14,6%) casos e outros motivos (G2) para 391 (85,4%) casos. Em relação às características biossociodemográficas dos acolhidos, no G1, a maioria (82,1%) era do sexo feminino, tinha idade entre 16 e 19 anos (32,8%), e cursava o ensino fundamental (73,1%). Já o G2 era majoritariamente constituído por meninos (53,7%), na faixa etária de 0 a 6 anos (32,9%). A respeito do processo de acolhimento, no G1, a maior parte já havia sido acolhido anteriormente (50,7%), passou mais de dois anos na instituição (34,6%) e permanecia acolhida no período da pesquisa (46,3%), enquanto que, no G2, a maioria encontrava-se no seu primeiro acolhimento (57,3%), passou no máximo um ano na instituição (57,8%), e retornou para a família de origem após o acolhimento (28,9%). Identificou-se, ainda, que a *média rank* do G1 foi maior para as variáveis idade (G1= 282,62; G2= 218,57) e tempo total do acolhimento (G1= 278,50; G2= 202,22), com diferença estatisticamente significativa entre este grupo e o outro ( $U= 9338,500$ ;  $p<0,001$ ;  $U= 7339,500$ ;  $p<0,001$ ). Além disso, as adolescentes foram as principais vítimas de violência sexual, e os acolhidos por esse motivo passaram mais tempo na instituição e dificuldades maiores no retorno à família de origem do que aqueles que ingressaram por outros motivos. Espera-se, com os resultados desta pesquisa, auxiliar na adoção de medidas e práticas de cuidado que busquem estrategicamente minimizar os efeitos da violência sexual e a prevenir a revitimização de crianças e adolescentes no contexto institucional.

Palavras-Chave: Criança e Adolescente, acolhimento institucional, violência sexual

## Abstract

Rocha, C. J. B. (2018). Sexual violence and other reasons for the Institutional sheltering services reception of children and adolescents: a comparative study. Masters dissertation. Graduate Program in Theory and Behavior Research, Federal University of Pará, Belém-Pa. p. 54.

This masters thesis aims to describe and compare the biosociodemographic and institutional profile characteristics of a sample of children and adolescents hosted in residential cares distributed in two groups, based on the reason for the reception: sexual violence and other reasons. It consists of a descriptive study with quantitative analysis of data extracted from documentary research. The sample comprise 458 medical records: 220 were children and 238 were adolescents from 15 institutions in the Metropolitan Region of Belém in 2012. The information in the medical records was documented in a biosociodemographic and institutional profile characterization form. For the analysis of the data, the sample was divided into two groups: G1, welcomed due to sexual violence, and G2, hosted for other reasons. Descriptive and inferential statistics were performed by using the SPSS software. The results reveal that sexual violence (G1) was the reason for the reception for 67 cases (14.6%), and other reasons (G2), for 391 cases (85.4%). Concerning the biosociodemographic characteristics of the patients, in the G1, the majority (82.1%) were girls, were between 16 and 19 years old (32.8%), and attended elementary school (73.1%). On the other hand, G2 was predominantly boys (53.7%), aged 0-6 years (32.9%). Regarding the institutional profile, in G1 the majority had already been accepted before (50.7%), spent more than two years in the institution (34.6%) and remained there in the research period, while most people in G2 were in their first reception (57.3%), spent a maximum of one year in the institution (57.8%), and returned to the family of origin after this moment (28.9%). It was also identified that G1 average rank was higher for the variables age (G1= 282,62; G2= 218,57) and total reception time (G1= 278,50; G2= 202,22), with a statistically significant difference between the average of G1 and G2 ( $U= 9338,500$ ;  $p<0,001$ ;  $U= 7339,500$ ;  $p<0,001$ ). In summary, adolescent girls are the main victims of sexual violence, and children and adolescents received for this reason spend more time in the institution and have greater difficulties to return to the family of origin than those accepted for other reasons. With these results, I hope to help in the adoption of caring practices that strategically seek to minimize the effects of sexual violence and the non-revictimization of children and adolescents in the institutional context.

Key words: Children and Adolescents, Institutional sheltering services, Sexual violence.

## **Lista de Siglas**

LED – Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento

PPGTPC – Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

UFPA – Universidade Federal do Pará

NEPAIA – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Acolhimento Institucional e Adoção

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EASCA – Grupo Estudos do Agressor Sexual de Criança e Adolescente

AVSCA – Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

GEAV – Grupo de Estudos de Autores de Violência

RMB – Região Metropolitana de Belém

WHO – World Health Organization

CF – Constituição Federal de 1988

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

AI – Acolhimento Institucional

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS – Sistema Único de Saúde

ICS – Instituto de Ciências da Saúde

## Lista de Tabelas

Tabela 1	<i>Frequência do acolhimento justificado por violência sexual associado a outro motivo</i>	31
Tabela 2	<i>Dados biossociodemográficos de crianças e adolescentes acolhidos por motivo de violência sexual e por outros motivos, na RMB, em 2012</i>	32
Tabela 3	<i>Características do processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes acolhidos por motivo de violência sexual e por outros motivos, na RMB, em 2012.</i>	33
Tabela 4	<i>Características biossociodemográficas e do processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes acolhidos por motivo de violência sexual e por outros motivos, na RMB, em 2012, com associação estatisticamente significativa.</i>	35

## **Apresentação**

A presente dissertação se insere no contexto de interseção de duas linhas pesquisas existentes no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC), da Universidade Federal do Pará (UFPA): as instituições de acolhimento como contexto de desenvolvimento humano e a violência sexual e as características biopsicológicas de autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes.

A primeira linha de pesquisa ganhou maior expressão quando, em 2012, sob coordenação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lília Iêda Chaves Cavalcante, os pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Acolhimento Institucional e Adoção (NEPAIA) tiveram o projeto de pesquisa “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado” aprovado no Edital Nº 018/2012 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisas derivadas desse projeto foram apresentadas em forma de relatórios, resumos expandidos, artigos, dissertações e uma primeira tese.

O princípio norteador dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos nessa linha parte da consideração de que a instituição de acolhimento é um contexto abrangente de desenvolvimento, em que crianças e adolescentes têm a oportunidade de interagir com objetos, símbolos e outras pessoas, bem como participar de diferentes atividades e assumir uma diversidade de papéis (Corrêa, 2016). As pesquisas desenvolvidas por esse grupo têm como foco cinco grandes eixos: a criança e o adolescente, o educador, o técnico, a família e a comunidade, com objetivo de estudar contextualmente os processos desenvolvimentos que se desenrolam no contexto da instituição (Donato, 2016). Desta maneira, a presente dissertação contempla o eixo criança e adolescente, com o foco no motivo do acolhimento, considerando em especial a violência sexual como justificativa para adoção dessa medida de proteção.

A segunda linha de pesquisa é mais recente no âmbito dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelo LED e foi iniciada, em 2012, com o projeto de tese de doutorado da Dr.<sup>a</sup> Daniela Castro dos Reis, intitulado: “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicológicas e Trajetórias de Vida”. À época, por iniciativa da doutoranda e com o apoio da sua orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lília Iêda Chaves Cavalcante, foi criado o grupo de “Estudos do Agressor Sexual de Criança e Adolescente” (EASCA). Este grupo tinha como objetivo agregar pesquisadores e estudantes interessados no estudo da violência sexual contra crianças e adolescentes, com o foco no autor da violência, além de fomentar estudos, debates e pesquisas relacionadas a essa temática. Inicialmente, os estudos realizados no EASCA tinham como foco somente os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes (AVSCA), posteriormente, pesquisas com outros tipos de autores de violência foram incluídas, entre elas a violência de gênero no contexto conjugal, por isso o grupo teve sua denominação mudada para “Grupo de Estudos de Autores de Violência” (GEAV).

Assim, a partir de 2013, o GEAV passou a desenvolver um conjunto de pesquisas sobre o fenômeno da violência. O primeiro trabalho realizado e defendido, no ano de 2015, foi a dissertação intitulada “Características Biopsicossociais de Autores de Agressão Sexual de Crianças e/ou Adolescentes em Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar”, da mestranda Lucilene Paiva da Costa. Ainda no ano de 2015, como uma primeira análise de parte dos dados hoje apresentados nesta dissertação, o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Violência Sexual e o Acolhimento Institucional de Crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Belém (RMB)”, aproximou as temáticas da agressão sexual e do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em estudos vinculados ao GEAV/LED, destacando, desta vez, o perfil biosociodemográfico das vítimas dessa forma de violência e não dos seus autores.

Dando continuidade às investigações, no ano de 2016, outras pesquisas foram realizadas por membros do GEAV, entre elas o Trabalho de Conclusão de Curso “A relação entre os Tipos de Abuso Sexual e as Consequências Biopsicossociais para Crianças e Adolescentes”, defendido pelos graduandos Jacqueline Rodrigues e Zenildo Pantoja, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal do Pará. Na sequência, a tese intitulada “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicológicas e Trajetórias de Vida” foi defendida pela doutoranda Daniela Castro dos Reis. No ano seguinte, em 2017, houve a defesa da dissertação “Homens Autores de Violência Conjugal: Caracterização Biopsicossocial, Tipos de Agressão Praticada e suas Consequências Processuais”, defendida pela mestrandia Maria do Socorro Moraes.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do NEPAIA e do GEAV, ambos vinculados ao LED, têm conseguido ampliar o conhecimento científico a respeito dos contextos, das vítimas, dos autores e das características da violência sexual que ameaça e viola os direitos de crianças e adolescentes, demandando por essa razão a aplicação de medidas de proteção especial, a exemplo do acolhimento institucional. Com o objetivo de expandir ainda mais os conhecimentos sobre tal fenômeno, esta pesquisa se propôs a investigar e tentar responder as seguintes questões: Qual o perfil biossociodemográfico de crianças e adolescentes acolhidos em instituições por motivo de violência sexual? Comparativamente, quais as semelhanças e as diferenças presentes no perfil dos acolhidos por violência sexual e por outros motivos?

Objetivando responder e refletir sobre as questões norteadoras apresentadas acima, o presente trabalho apresentará um estudo, em formato de artigo, em que serão analisados e discutidos, por meio de tratamento estatístico dos dados, o motivo e outros aspectos relacionados ao processo de acolhimento de 458 crianças e adolescentes, em 2012, nas 15 instituições da Região Metropolitana de Belém pesquisadas.

## Introdução

Segundo a World Health Organization (WHO, 1996), a violência pode ser definida como o uso intencional da força física e/ou do poder, seja esse uso real ou por ameaça, contra si ou outra pessoa, grupo ou comunidade, e que resulte em lesões físicas, morte, dano psicológico, prejuízos ao desenvolvimento e privação. Esta definição, ao fazer uso dos termos poder, prejuízos ao desenvolvimento e privação, por exemplo, amplia o entendimento do ato violento para além das ações que causam perdas e danos físicos, incluindo também as omissões e a negligência que podem resultar em danos psicológicos e agravos ao desenvolvimento humano.

Entre as diversas modalidades de violência, a violência sexual vem ocupando cada vez mais espaço no cenário político-social e acadêmico, pois se trata de um grave problema social e de saúde pública, identificada nos mais diversos contextos histórico-culturais, áreas geográficas e classes sociais, tendo profundas implicações no desenvolvimento de suas vítimas (Stoltenborgh, IJzendoorn, Euser, & Bakermans-Kranenburg, 2011).

A violência sexual se constitui em uma grave violação dos Direitos Humanos e da dignidade sexual de crianças e adolescentes. Isto porque neste tipo de violência se estabelece uma relação assimétrica entre o/a autor/a de violência – com idade e desenvolvimento psicossocial mais avançado – e a vítima que, por meio da força física, ameaça, sedução e engano, é constrangida a satisfazer os desejos sexuais de outrem, comprometendo o exercício seguro e saudável de sua sexualidade. Neste sentido, a violência sexual fere, além da dignidade sexual, os direitos sexuais das crianças e adolescentes, que, segundo Assis (2017), fazem referência ao gozo responsável e seguro da sexualidade, assegurando-se a autonomia, a segurança sexual, o respeito à diversidade de gênero e de orientações sexuais, a informação, e a saúde sexual.

Segundo Carvalho et al. (2012), a relação entre sexualidade e infância-adolescência é espinhosa e cercada de entraves, isso porque é comum a confusão entre a sexualidade e o exercício da genitalidade, ensejando o entendimento comum de que aquela estaria estritamente associada às experiências sexuais genitais. Tal entendimento perde de vista as dimensões da sexualidade humana relacionadas à afetividade, ao prazer, à autonomia, à liberdade, à amizade e às interações amorosas, que possuem potencialidades e limites circunscritos a cada período da vida, mas que não são restritas às gerações adultas.

Na atualidade, os direitos sexuais de crianças e adolescentes, nos âmbitos da justiça, da saúde e acadêmico, estão quase que exclusivamente colocados em sua faceta negativista, ou seja, apresentam-se somente como direito à proteção contra as violações e abusos, perdendo-se de vista a sua positividade e potência, que poderia significar a vivência da sexualidade em um contexto de proteção e respeito às especificidades desenvolvimentais e geracionais de crianças e jovens. Essa forma de encarar as experiências, a sexualidade e os direitos sexuais da população infanto-juvenil ainda é reflexo das concepções sobre a infância ancoradas em um modelo tutelar e médico-higienista, que por longos anos foram paradigmas centrais das políticas socioassistenciais direcionadas à puerícia (Carvalho et al., 2012).

A doutrina da proteção integral só foi inaugurada com a Constituição de 1988 (CF) e com posterior legislação complementar – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Essas normativas legais tornaram-se referência para a estruturação de políticas e serviços de cuidado e proteção à infância, coferindo à criança e ao adolescente a condição de sujeitos de direitos aptos a exercerem a sua cidadania.

Até esse período, predominava no Brasil uma política de assistência à infância de caráter tutelar e filantrópica. Nessa perspectiva, as instituições socioassistenciais tinham o objetivo de vigiar, corrigir e orientar, para a moralidade e o trabalho produtivo, as crianças pobres e desvalidas que se concentravam, em grande contingente, nos emergentes centros

urbanos do país. A noção de “infância em perigo” e potencialmente “perigosa”, objeto de reflexão e intervenção da moralidade cristã e da medicina higienista, foi dominante nas normativas legais que orientaram as políticas voltadas às crianças e aos adolescentes, desde a promulgação do Código de Menores, em 1927, até as mobilizações dos movimentos sociais no período de luta pela redemocratização, no final da década de 70, que culminaram com a edição da CF 88 e do ECA (Guedes & Scarcelli, 2014).

Ainda que não tenham sido plenamente superadas as concepções que fundamentaram as políticas anteriores e que elas continuem a orientar relações e práticas no cotidiano dos serviços socioassistenciais, a doutrina da proteção integral inaugurou uma nova forma de conceber e assistir à infância, especialmente àquela em situação de vulnerabilidade. Na configuração desse novo panorama, os serviços de acolhimento institucional, por exemplo, passaram a integrar uma rede ampla de equipamentos sociassistenciais que devem estar articulados com objetivo garantir o pleno gozo dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, bem como de proteger e cuidar desses sujeitos quando são expostos à experiências de violência (Guedes & Scarcelli, 2014).

Desta forma, a partir do entendimento de que a violência sexual é uma grave violação dos direitos humanos e sexuais da população infanto-juvenil e que pode exigir a adoção de uma medida de proteção especial de alta complexidade – o acolhimento institucional – é que serão referenciadas as análises e a discussão no presente trabalho.

Portanto, coube à presente pesquisa o desafio de realizar uma reflexão sobre os seguintes aspectos: Quais são os motivos que têm justificado o acolhimento institucional de crianças e adolescentes? O motivo do acolhimento é um fator relevante para entendimento do perfil psicossocial e processo de acolhimento de crianças e adolescentes? Quais são as semelhanças e as diferenças no perfil de crianças e adolescentes acolhidos por motivo de violência sexual e por outros motivos?

A discussão sobre essas questões é relevante tendo em vista o expressivo número de casos de violência sexual e o aumento sistemático do contingente de crianças e adolescentes acolhidos em instituições por esse motivo nos últimos anos (Constantino, Assis & Mesquita, 2013; Silva, 2014). Importa saber quem são essas crianças e adolescentes, quais características de seus processos de institucionalização e condição sociojurídica, e se a medida de acolhimento institucional tem sido aplicada de forma adequada a esses casos, respeitando-se os princípios da excepcionalidade e provisoriedade (Brasil, 1990). Os resultados apresentados por este trabalho podem ser úteis para reflexão sobre o processo de adoção de acolhimento institucional em casos de violência sexual, na orientação de práticas de cuidado a essa população no contexto institucional – com objetivo de prevenir a revitimização –, e para ampliar a discussão sobre a instituição como um contexto de desenvolvimento.

**Artigo: A violência sexual e outros motivos para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: um estudo comparativo**

**Resumo:** Trata-se de um estudo documental que examinou 458 prontuários de crianças e adolescentes acolhidos em 15 instituições, com o objetivo de analisar e comparar as características biossociodemográficas e o processo de acolhimento dessa amostra. Para a análise dos dados, constituíram-se dois grupos: G1 (motivo violência sexual) e G2 (outros motivos). A violência sexual foi o motivo para o acolhimento em 67 (14,6%) casos e outros motivos para 391 (85,4%). No G1, a maioria das crianças e adolescentes (82,1%) era do sexo feminino, tinha idade entre 16 e 19 anos (32,8%) e cursava o ensino fundamental (73,1%). O G2 envolveu majoritariamente meninos (53,7%), na faixa etária de 0 a 6 anos (32,9%). No G1, 50,7% já havia sido acolhido anteriormente e 34,6% estava há mais de dois anos na instituição, enquanto que no G2 a maioria encontrava-se no seu primeiro acolhimento (57,3%), por período inferior a um ano (57,8%), e retornado à família de origem (28,9%). Identificou-se que a *média rank* do G1 foi maior para as variáveis idade (G1= 282,62; G2= 218,57) e tempo total do acolhimento (G1=278,50; G2=202,22), com diferença estatisticamente significativa entre este grupo e o outro ( $U=9338,500$ ;  $p<0,001$ ;  $U=7339,500$ ;  $p<0,001$ ). Discute-se os aspectos relacionados a permanência prolongada de vítimas de violência sexual no ambiente institucional.

Palavras-chave: Criança e adolescente, instituição de acolhimento, violência sexual

**Abstract:** It is a documentary study that examined 458 medical records of children and adolescents hosted in 15 residential care, with the objective of analyzing and comparing the biosociodemographic characteristics and the reception process of this sample in residential care services. For the analysis of the data, two groups were formed: G1 (reason for sexual violence) and G2 (other reasons). Sexual violence was the reason for the reception in 67 (14.6%) cases and other reasons for 391 (85.4%) cases. In G1, the majority of children and adolescents (82.1%) were female, were between 16 and 19 years old (32.8%) and attended elementary school (73.1%). G2 mainly involved boys (53.7%), aged 0-6 years (32.9%). In G1, 50.7% had previously been accepted and 34.6% had been in the institution for more than two years, whereas in G2 the majority were in their first host (57.3%), for a period of less than one year (57.8%), and returned to the family of origin (28.9%). It was identified that the G1 mean rank was higher for the variables age (G1 = 282.62, G2 = 218.57) and total host time (G1 = 278.50, G2 = 202.22), with a statistically significant between this group and the other ( $U = 9338,500$ ,  $p < 0.001$ ,  $U = 7339,500$ ,  $p < 0.001$ ). It discusses the aspects regarding to the prolonged permanence of victims of sexual violence in the institutional environment.

Key words: Children and Adolescents, Institutional sheltering services, Sexual violence.

Na perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Urie Bronfenbrenner, o desenvolvimento é entendido como um processo de continuidades e mudanças nas características biopsicológicas de pessoas e grupos, ao longo do ciclo vital e no decorrer do tempo histórico (Bronfenbrenner, 2011). Nessa definição, a palavra biopsicológica enfatiza a complexa relação entre os fatores genéticos e ambientais na determinação das características da pessoa, com ênfase para as relações por ela estabelecidas com indivíduos e grupos; Outrossim, consideram-se os processos temporais, tanto no que concerne ao mesotempo do ciclo de vida da pessoa desenvolvendo quanto ao macrotempo que delimita a história e o espaço geográfico, nos diferentes ambientes ecológicos onde o desenvolvimento ocorre.

Portanto, os resultados do desenvolvimento são decorrentes da interação sinérgica entre as propriedades biopsicológicas da pessoa e os processos que se efetuam na relação dessa pessoa com objetos, símbolos e outros indivíduos, em um determinado contexto onde é possível realizar e experienciar uma diversidade de atividades, relações e papéis. O contexto é sistema ecológico onde o desenvolvimento se processa, desde o mais imediato ao mais remoto. Do ponto de vista ecológico, Bronfenbrenner (2011; 1996) apresenta o contexto organizado em quatro níveis dinamicamente interrelacionados e topograficamente estruturados como círculos concêntricos, em que cada nível mais imediato está contido no mais remoto (micro, meso, exo e macrosistema, respectivamente).

A família é um contexto privilegiado de desenvolvimento de crianças e adolescentes em diversas culturas e nações. Estudos têm enfatizado a importância da família como um ambiente primário de oferecimento de cuidado, afeto e educação indispensáveis ao crescimento saudável da população infanto-juvenil (Moreira, 2014; Lima, Pedrosa & Magalhães, 2014). A Constituição Federal de 1988 (CF) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consolidaram em norma jurídica a concepção corrente, no âmbito da

ciência e da cultura ocidental, de que a família é a responsável primeira pelo cuidado, proteção, garantia dos direitos fundamentais e das condições para o exercício da cidadania de crianças e adolescentes, sendo o Estado e a sociedade como um todo corresponsáveis por essa tarefa de proteção e cuidado (Moreira, 2014).

Apesar de a família ser defendida e priorizada como contexto ideal para o desenvolvimento das gerações mais novas (Bronfenbrenner, 2011; Brasil, 1990), o fato é que uma grande parcela da população infanto-juvenil, ao redor do mundo, passa um longo período da vida em instituições de acolhimento, devido às situações de violência e maus-tratos sofridos no convívio familiar. Para essas crianças e jovens, a instituição torna-se o principal ambiente de socialização, materializando as condições físicas e psicológicas onde se processam o seu crescimento e a formação de suas subjetividades (Bronfenbrenner, 2011; Moreira, 2014).

A instituição de acolhimento, portanto, é concebida como um contexto abrangente de desenvolvimento, podendo ser ambiente protetivo e potencializador do desenvolvimento de meninos e meninas. Nesse caso, dada a situação de abandono ou vivência de situações de violência e abuso no contexto familiar, a instituição é capaz de congrega vários fatores proteção, que são recursos de ordem pessoal ou social capazes atenuar ou anular o impacto dos fatores de risco; esses últimos, por sua vez, são condições ou variáveis associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis no ciclo de vida de uma pessoa (Sapienza & Pedromônico, 2005).

Estudos têm apontado aspectos da instituição de acolhimento que podem funcionar como um fator de proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. A pesquisa de Marzol, Bonafé e Yunes (2012), com 22 duas crianças e adolescentes de duas instituições de acolhimento, objetivou apreender a percepção dos participantes sobre os processos relacionais com os cuidadores, enfatizando as características protetivas dessas relações. Os resultados do

estudo mostraram que os participantes avaliam como positivas as interações de brincadeira, de conversas, de apoio nas tarefas escolares e de serem tratados como filhos pelos cuidadores. As autoras afirmaram que os cuidadores que participam com as crianças e adolescentes de relações recíprocas e com equilíbrio de poder, contribuem significativamente para o desenvolvimento desses indivíduos.

Além de relações afetivas e recíprocas com os cuidadores, são também considerados fatores de proteção no contexto institucional: acolhimento em pequenos grupos, não desmembramento do grupo de irmãos, rotina institucional que englobe a participação ativa da criança dentro e fora da instituição, ações de preservação dos vínculos familiares ou integração à família substituta, registro dos momentos significativos vividos pelos acolhidos no contexto institucional, qualidade do espaço físico, entre outros (Brasil, 2009; Corrêa, 2016; Salina-Brandão & Williams, 2009).

Contudo, já é bem estabelecido na literatura que a institucionalização prolongada, especialmente nos moldes das chamadas instituições totais (Goffman, 2008), pode ter como consequência um significativo prejuízo ao desenvolvimento emocional e cognitivo, ao estabelecimento de vínculos afetivos e ao exercício da cidadania dos acolhidos (Bronfenbrenner, 1996; Cunha & Barreyro, 2015). Os fatores de risco ao desenvolvimento neste tipo de instituição estão relacionados ao atendimento despersonalizado, rompimento dos vínculos familiares e comunitários, rotatividade dos profissionais das instituições, inexistência de um plano individual de atendimento, falta de participação dos acolhidos nas atividades da comunidade local, e maior dificuldade na inserção nos demais serviços socioassistenciais e educacionais (Abaid & Dell’Aglia, 2014; Cavalcante, Costa & Magalhães, 2012; Salina-Brandão & Williams, 2009).

Visando garantir os direitos das crianças e adolescentes e oferecer condições ambientais mais propícias ao seu desenvolvimento, mudanças nas legislações de proteção à

infância e orientações técnicas para o funcionamento de instituições de acolhimento têm sido definidas ou redefinidas (Brasil,1990; Brasil, 2009; Souza, 2017). Neste sentido, a Lei n. 12.010, de 2009, conhecida como a nova Lei Nacional da Adoção, e as Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (Brasil, 2009), ampliaram a perspectiva do direito à convivência familiar e comunitária e definiram novas diretrizes para os serviços de acolhimento, ao reafirmarem a reintegração familiar como princípio e a adoção como medida excepcional. Além disso, estabeleceram novas modalidades de acolhimento como as casas lares e o acolhimento familiar, que têm por objetivo oferecer um atendimento mais individualizado e com características familiares (Silva & Arpini, 2013).

No Brasil, a ideia de proteção integral de crianças e adolescentes tem uma história recente. Foi só com a promulgação da CF de 1988, e, posteriormente, com uma legislação complementar específica, o ECA (Brasil, 1990), que se produziu uma significativa mudança na forma como o Estado e a sociedade concebiam e se responsabilizavam pela proteção das crianças e jovens, especialmente os mais pobres e aqueles expostos a outros tipos de vulnerabilidade como o abandono, a violência e o trabalho infanto-juvenil. A partir desses dispositivos legais começaram a se estruturar serviços de garantia de direitos e atenção às demandas específicas desse segmento da população brasileira. Assim, uma série de serviços socioassistenciais e medidas de proteção foram se configurando de forma sistemática, no âmbito da justiça e da assistência social.

O acolhimento institucional (AI) é uma das medidas previstas no ECA e tem como objetivo a proteção integral e o interesse superior da criança em prol da garantia do direito à convivência familiar e comunitária, ainda que implique, temporária ou definitivamente, a retirada da criança ou do adolescente do seio da família de origem. Esta medida de proteção tem caráter excepcional – adotada somente depois de terem sido esgotadas outras possibilidades – e provisória – deve limitar-se ao período tido como necessário ao

estabelecimento das condições para reinserção familiar ou a colocação em família substituta, e este deve ser de no máximo dois anos, salvo interesse superior de proteção da criança e do adolescente devidamente fundamentado pela autoridade jurídica (Brasil, 1990; Brasil, 2009).

Apesar de os dispositivos jurídicos definirem a medida de acolhimento institucional como excepcional e provisória, dados recentes têm evidenciado que o número de serviços de acolhimento e a população por eles atendida ainda é expressivo. O Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, divulgado em 2013, identificou que 58,8% dos serviços estavam localizados na Região Sudeste; já à Região Norte coube o percentual de 2,9% (Constantino, Assis & Mesquita, 2013). Quanto ao perfil dos acolhidos, o Levantamento revelou que a maioria eram meninos, com idade média de 9,3 anos, entre os quais 75% frequentavam a escola e 93,3% possuíam o registro civil de nascimento (Constantino et al., 2013).

Um fator importante a ser considerado nesse e em outros estudos que buscaram caracterizar a população infanto-juvenil em situação de acolhimento institucional, é o motivo que justificou a aplicação dessa medida de proteção especial. Sobre essa questão, algumas pesquisas têm apontado que os motivos que mais frequentemente levam à adoção do acolhimento em instituições são a negligência e o abandono (Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014; Constantino, Assis & Mesquita, 2013; Pasian, et al., 2015; Silva, 2004). Nesse sentido, merece destaque o número de casos em que a violência sexual justificou o acolhimento, dado esse que aparece comumente em levantamentos nacionais (Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, 2013; Silva, 2004) e locais (Fukuda, Penso & Santos, 2013; Corrêa, 2016).

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2003, em 3,3% dos casos a violência sexual foi o motivo para o acolhimento das vítimas (Silva, 2004). Em outro estudo realizado nos anos de 2009 e 2010, por pesquisadores do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a

violência sexual como motivo para o acolhimento de meninas totalizou um percentual de 8,8% e de meninos de 2,2% (Constantino, 2013). No levantamento realizado por promotores do Ministério Público, no ano de 2013, a violência sexual como motivo individual e/ou associado justificou 44% dos casos de acolhimento (CNMP, 2013). Por estes dados, observa-se, ao longo dos anos, um crescimento no número de casos em que a violência sexual justificou o acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Segundo a *World Health Organization* (WHO, 2002), a violência sexual é qualquer contato sexual (ou a tentativa de ato sexual), comentários e investidas com conotação sexual indesejada, tráfico de seres humanos para fins de prostituição, ou qualquer outro ato que atente contra a dignidade sexual de uma pessoa. Em geral, a prática desse tipo de violência se utiliza de meios coercitivos (poder, força física, intimidação psicológica, chantagem, entre outros) e pode ser observada em diversos tipos de relações e contextos.

A violência sexual praticada contra a população infanto-juvenil é compreendida a partir de duas definições: abuso e exploração sexual. A primeira definição refere-se à interação sexual entre uma pessoa com um desenvolvimento psicosssexual mais avançado e uma criança ou adolescente, que, por sua condição peculiar de desenvolvimento, não é plenamente capaz de dar o seu consentimento. Nessa relação abusiva, a criança ou o adolescente, por meio da indução de sua vontade, violência física, psicológica ou ameaça, são utilizados como meio para a gratificação sexual do autor/a de agressão, em um amplo espectro de interações que vão desde aquelas em que não há o contato sexual direto (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até a relação sexual (com ou sem penetração). Já a segunda definição, remete-se a utilização sexual de crianças e adolescentes com o objetivo de lucro ou troca, seja financeiro ou de qualquer outra espécie (Souza, 2017; WHO, 2002).

Essa modalidade de violência é considerada, mundialmente, como um problema de saúde pública por conta de sua alta incidência e dos efeitos negativos que provoca no

desenvolvimento de crianças e adolescentes (Stolterborg et al., 2011). Há evidências da associação entre experiências sexualmente abusivas e o desenvolvimento de psicopatologias (Molnar, Buka & Kessler, 2001), dificuldades educacionais (Jong et al., 2015), problemas interpessoais e de comportamento (Jong et al., 2015), abuso e dependência de drogas (Borges & Zingler, 2013) e doenças sexualmente transmissíveis (Drezett et al., 2012).

Segundo Waiselfishz (2012), em levantamento realizado no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, no ano de 2011, foram realizados 10.425 atendimentos de crianças e adolescentes no Sistema Único de Saúde por motivo de violência sexual. Deste universo, a maioria era do gênero feminino (83,2%). Entre os meninos a faixa etária com mais casos atendidos foi dos 5-9 anos (775 casos), já entre as meninas a faixa etária foi de 10-14 anos (3.673 casos), seguida de 15-19 anos (1.905 casos).

Em outro levantamento realizado a partir do SINAN sobre as notificações de violência no município de Belém do Pará, entres os anos de 2009 e 2011, constatou-se que a modalidade de violência mais notificada durante os três anos abrangidos pelo estudo foi a violência sexual (40,5%, 44,3% e 41,8%, respectivamente). Considerando a globalidade dos tipos de violência (e não somente a violência sexual), a maioria das vítimas era do gênero feminino (83,2%). Ao se levar em conta a idade das vítimas, em todos os anos estudados, o percentual acumulado da faixa etária de 0 a 19 anos foi superior a 80%. Isso evidencia a alta exposição à violência a que estão submetidas crianças e jovens desse município (Velooso et al., 2013).

A violência sexual tem sido um fenômeno relacionado a fatores macrossociais na medida em que estes colocam em situação de vulnerabilidade milhões de famílias brasileiras. Esses fatores são a pobreza, o desemprego, as relações desiguais entre os gêneros, a falta de alcance e efetividade das políticas públicas no atendimento das demandas sociais e os vazios existentes na rede de proteção social (Minayo, 2001; Souza, 2017).

Em razão disso, os mecanismos de produção e reprodução social da condição de vulnerabilidade de indivíduos e famílias têm sido reconhecidos como formas de uma violência que é estrutural. Esta, por sua vez, tem sido definida como “aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento” (Minayo, 2001, p. 93). Nesse sentido, considera-se que o abuso e a exploração sexual são produto de uma violência que deita suas raízes na forma como a sociedade está organizada e reproduz mecanismos de desigualdade e exclusão social. Ao mesmo tempo, como violência, ela exerce poderosa influência no contexto ecológico de desenvolvimento desses indivíduos, deixando-os expostos a uma série de fatores de risco.

Aspectos culturais como o machismo e o padrão patriarcal de organização familiar, que expressam a forte desigualdade entre homens e mulheres, bem como relações autoritárias entre adultos e crianças, vêm sendo apontados como fatores fortemente relacionados com a maior vitimização de meninas por violência sexual (IPEA, 2014; Lavoratti & Silvestre, 2013). Por outro lado, este aspecto também está relacionado com a menor probabilidade de meninos relatarem a violência sofrida, principalmente pela dificuldade de se reconhecerem como vítimas e/ou pelo medo de serem taxados como fracos ou homossexuais (Baía, Veloso, Habigzang, Dell’Aglia, & Magalhães, 2015; Pincolini & Hutz, 2014).

Outros fatores de risco para a violência sexual contra crianças e adolescentes identificados em pesquisas são: uso ou abuso de álcool e outras drogas (Broges & Zingler, 2013), presenciar alguém ou ter um familiar que consome bebida alcoólica (Paludo & Schirò, 2012), vivência de maus tratos e violência física na família (Hall-Smith et al., 2003), violência na comunidade (Paludo & Schirò, 2012) e situação de pobreza e vulnerabilidade social (WHO, 2002).

Com o objetivo de identificar experiências de exposição à violência, Braga e Dell'aglio (2012) realizaram um estudo com 946 adolescentes, com idades entre 12 e 19 anos, que viviam em três contextos diferentes – família (n=691), instituição de medida socioeducativa (n=142) e acolhimento institucional (n=113). Os adolescentes em situação de acolhimento institucional relataram maior exposição à violência no contexto intrafamiliar do que os adolescentes dos demais grupos, sendo que 21,7% deles já tinham sido “mexidos no corpo contra a vontade” e 16,5% já tinham sido obrigados a manter relação sexual com uma pessoa da família. Em relação à violência no contexto extrafamiliar, 10% relataram já terem sido “mexidos no corpo contra a vontade” e 8,3% disseram já ter mantido relação sexual forçada. Os dados desta pesquisa revelaram que os adolescentes em situação de acolhimento institucional estavam mais vulneráveis à violência intrafamiliar do que os adolescentes que viviam em outros contextos, com especial destaque para a violência sexual.

O estudo conduzido Habigzang, Cunha e Koller (2010) não encontrou diferenças estatisticamente significativas na manifestação de sintomas psicopatológicos entre meninas vítimas de violência sexual acolhidas em instituições e não acolhidas, apesar da grande prevalência de sintomas de depressão nos dois grupos. Esse resultado sugere que o acolhimento institucional não funciona necessariamente como um potencializador de sintomas relacionados aos transtornos psicológicos. Em alguns casos pode, ao contrário, funcionar como um importante fator de proteção, fornecendo condições materiais, afetivas e sociais para superação de condições adversas. Contudo, deve-se sempre ter cautela ao se fazer a opção pelo acolhimento institucional, pois conforme prescrevem a legislação brasileira e as normativas no campo da rede de proteção da infância e da adolescência, a família é o contexto privilegiado para o desenvolvimento das crianças e jovens e, mesmo quando submetidos à situação de acolhimento institucional, o retorno ao convívio familiar e comunitário é o objetivo final do acolhimento (Brasil, 2009).

Com base na literatura consultada percebe-se que a violência sexual é um fenômeno complexo, que pode acarretar diversos efeitos negativos ao desenvolvimento dos indivíduos que vivenciaram tais experiências. Por isso, no Brasil, há uma rede socioassistencial ampla e um rol de nove mediadas protetivas (referidas no ECA) que visam garantir a proteção da integridade física, psicológica e sexual de crianças e adolescentes e prevenir ocorrências de revitimizações (Brasil, 1990; 2009). O acolhimento institucional é uma dessas medidas protetivas e compõe a rede de serviços de alta-complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Muitas são as condições de vulnerabilidade que podem levar a adoção dessa medida de proteção, e as pesquisas tem apontado a diversidade dessas condições (CNMP, 2013; Constantino et al., 2013; Corrêa, 2016; Serrano, 2008; Silva, 2004; Walakira, 2015), contudo, o motivo do acolhimento como um fator relevante para o entendimento das características biossociodemográficas e do processo institucionalização dos acolhidos não tem sido um tema presente na literatura científica.

Desta forma, este estudo buscou responder e refletir sobre as seguintes questões: Qual a proporção de crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional justificada pela violência sexual? Quais as principais propriedades biossociodemográficas que caracterizam o perfil da população infanto-juvenil vítima de violência sexual acolhida em instituições? Quais as diferenças e semelhanças em relação ao perfil biossociodemográfico e do processo de acolhimento de crianças e adolescentes acolhidos por violência sexual e outros motivos? Portanto, o objetivo deste estudo foi descrever e comparar as características biossociodemográficas e do processo de acolhimento de crianças e adolescentes acolhidos por motivo de violência sexual e outros motivos.

## **Método**

### **Delineamento**

Trata-se de um estudo documental e descritivo realizado com base em dados secundários extraídos de prontuários de crianças e adolescentes acolhidos em instituições. As fontes consultadas foram: registro civil de nascimento, plano individual de acolhimento, dados familiares, relatórios da equipe multidisciplinar da instituição, entre outros.

### **Amostra**

O estudo envolveu a análise de 458 prontuários, sendo 220 de crianças e 238 de adolescentes acolhidos em instituições da Região Metropolitana de Belém (RMB), no período de janeiro a dezembro de 2012.

### **Contexto da Pesquisa**

O estudo envolveu 15 instituições localizadas na área de abrangência da RMB que compreende a modalidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

### **Instrumentos e Materiais**

Para a coleta das informações sobre as características das crianças e adolescentes, foi utilizado um formulário elaborado por Cavalcante (2008) baseado no trabalho de Weber e Kossobudski (1996). Este formulário original foi revisado e itens foram adicionados, possibilitando a coleta de informações nos prontuários que apontam as principais características biossociodemográficas e do processo de acolhimento das crianças e adolescentes, a saber: a) identificação da criança e do adolescente (sexo, idade, escolaridade); b) situação familiar (idade dos pais, ocupação dos pais, com quem vivia antes de ser acolhido, renda familiar); c) processo de institucionalização (tempo total de permanência na instituição, histórico de acolhimento, destino após o acolhimento, serviços acessados fora da instituição);

e d) Dados sobre saúde (condições atual de saúde, doenças congênitas, doenças crônicas, transtornos mentais).

Ressalta-se que, no atendimento aos objetivos deste estudo, as variáveis selecionadas para análise e, portanto, a extensão e complexidade do tratamento dos dados, são inferiores à quantidade de informações coletadas com a utilização dos instrumentos. Neste sentido, foram analisados apenas os itens dos eixos (a) e (c).

### Procedimentos

Inicialmente foi solicitada a autorização judicial para realização da pesquisa, com o objetivo de ter livre acesso às dependências das instituições, aos arquivos com documentos sobre a trajetória de vida e o histórico de institucionalização das crianças e adolescentes que estavam acolhidos nesses serviços. Após a autorização judicial, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), sendo aprovado com o parecer N° 568.256, em 25/03/2012.

Após essas primeiras etapas, foram feitos os contatos iniciais com os coordenadores das instituições, por meio de abordagem individual, a fim de apresentar os objetivos e o método do estudo proposto, e, com isso, motivar a sua participação e a boa receptividade à equipe responsável pela pesquisa. Com a devida autorização dos responsáveis pelas instituições de acolhimento, iniciou-se o levantamento de dados a partir dos prontuários de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, no ano de 2012.

Finalmente, após o processo de coleta, os dados foram armazenados em planilhas do *Excel* e depois transportados para o *software* estatístico SPSS, versão 20.0, a fim de se proceder a análise estatística dos dados. Foram investigadas as características biossociodemográficas e do perfil institucional das crianças e adolescentes, sendo que a amostra foi dividida em dois grupos: G1, constituído por indivíduos para os quais a violência

sexual foi o motivo para o acolhimento, e G2, formado por indivíduos acolhidos por motivos diferentes da violência sexual. A partir da definição dessas categorias, foram realizados os cálculos das frequências absolutas e relativas, bem como aplicados os testes estatísticos Qui-quadrado e os Resíduos Ajustados para verificar a relação entre as variáveis estudadas nos grupos tomados para análise. Em adição, aplicou-se o teste de *Mann Whitney (teste U)* para verificar possíveis diferenças entre os grupos (G1 e G2) em relação às variáveis idade (medida em meses) e tempo total de acolhimento (medido em dias). Optou-se pela utilização de um teste não-paramétrico porque foi verificado, por meio do teste de *Shapiro-Wilk*, que a amostra não apresentava uma distribuição normal.

### **Resultados**

Ao final da análise dos prontuários, verificou-se que as 15 instituições envolvidas na pesquisa acolheram, em 2012, um total de 458 crianças e adolescentes. Do total da amostra, em 67 (14,6%) casos a violência sexual foi o motivo para o acolhimento e 391 (85,4%) casos foram outras situações de vulnerabilidade. Identificou-se, ainda, que em 31 (46,27%) ocorrências a violência sexual se apresentou como único motivo para o acolhimento das crianças e adolescentes. Contudo, em geral, a justificativa para o acolhimento institucional esteve associada a dois ou mais motivos, o que correspondeu a 36 (53,73%) casos, pondo em evidência a situação de alta vulnerabilidade que essas crianças e adolescentes se encontravam. A Tabela 1 apresenta a frequência dos motivos associados à violência sexual para o acolhimento.

Tabela 1.  
*Frequência do acolhimento justificado por violência sexual associado a outros motivos*

Motivo Associado	Violência Sexual	
	<i>f</i>	%
Negligência	21	33
Violência Física	10	16
Abandono	6	10
Fuga do Lar	6	10
Situação de rua	5	8
Conflito Familiar	5	8
Pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas	3	5
Pobreza e/ou Vulnerabilidade social	2	3
Pai/Mãe/Pais com transtorno mental, deficiência, doença grave ou crônica	2	3
Ameaça de Morte	2	3
Comportamento de Risco	1	2

Como demonstrado na Tabela 1, observou-se que os motivos mais frequentes associados à violência sexual foram negligência (33%), violência física (16%), fuga do lar (10%) e abandono (10%). Além disso, vários outros motivos estiveram associados à violência sexual quando da entrada da criança e do adolescente na instituição, ainda que estes tenham sido menos frequentes. É possível notar também, na Tabela 1, que a somatória das frequências dos motivos associados é superior ao número de casos em que a violência sexual esteve associada a algum outro motivo (36), e isto se explica pelo fato de que em alguns casos a associação envolveu mais de dois motivos.

Além dos motivos para o acolhimento das crianças e adolescentes se fez necessário investigar suas principais características biossociodemográficas. Neste sentido, na Tabela 2, são apresentados os resultados comparativos do perfil dos acolhidos nos dois grupos.

Tabela 02.

*Dados biossociodemográficos de crianças e adolescentes acolhidos por motivo de violência sexual e por outros motivos, na RMB, em 2012.*

Categorias	Motivo Violência Sexual (G1) (N=67)		Outros Motivos (G2) (N=391)	
	f	%	f	%
<b>Sexo</b>				
Feminino	55	82,1	181	46,3
Masculino	12	17,9	210	53,7
<b>Faixa Etária</b>				
De 0 a 6 anos	4	6,0	128	32,9
De 7 a 11 anos	21	31,3	67	17,2
De 12 a 15 anos	20	29,9	114	29,3
De 16 a 19 anos	22	32,8	79	20,3
SI	0	0	1	0,3
<b>Faixa de Desenvolvimento</b>				
Criança	25	37,3	195	49,9
Adolescente	42	62,7	196	50,1
<b>Escolaridade</b>				
Ed. Infantil	0	0	26	6,6
Ensino fundamental	49	73,1	166	42,5
Ensino Médio	3	4,5	6	1,5
Não estuda	18	26,9	78	19,9
Fora da idade escolar	0	0	99	25,3
SI	6	9	16	4,1

Conforme demonstrado na Tabela 2, entre os acolhidos por terem sofrido alguma forma de violência sexual (G1), nota-se que a maioria (82,1%) era do sexo feminino, tinha idade entre 16 e 19 anos (32,8%), e estava entre os que cursavam o ensino fundamental (73,1%). Contudo, no G1, também foi o expressivo o percentual de crianças, na faixa etária de sete a 11 anos (31,3%). Enquanto que, no G2 (outros motivos), havia um maior percentual de meninos (53,7%), na faixa etária de 0 a 6 anos (32,9%), e cursavam o ensino fundamental (42,5%). Neste sentido, em relação ao perfil biossociodemográfico das crianças e adolescentes, observaram-se diferenças entre os grupos especialmente quanto ao sexo e a faixa etária dos acolhidos.

Foram também realizadas análises comparativas em relação ao processo de acolhimento institucional dos dois grupos, os dados podem ser conferidos na Tabela 3.

Tabela 03.

*Características do processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes acolhidos por motivo de violência sexual e por outros motivos, na RMB, em 2012.*

Categorias	Motivo Violência Sexual (G1) (N=67)		Outros Motivos (G2) (N=391)	
	f	%	f	%
<b>Recebe visita</b>				
Sim	14	20,9	245	62,7
Não	44	65,7	114	29,2
SI	9	13,4	32	8,2
<b>Recebe visita da mãe</b>				
Sim	32	47,8	156	39,9
Não	24	35,8	189	48,3
SI	11	16,4	46	11,8
<b>Recebe visita do pai</b>				
Sim	14	20,9	93	23,8
Não	42	62,7	265	67,8
SI	11	16,4	33	8,4
<b>Atendimento na rede</b>				
Não recebe atendimento	11	16,4	75	19,2
Psicossocial	19	28,4	97	24,8
Saúde	16	23,9	151	38,6
Educação, esporte e cultura	4	6,0	9	2,3
SI	17	25,4	59	15,1
<b>Primeiro Acolhimento</b>				
Sim	28	41,8	224	57,3
Não	34	50,7	158	40,4
SI	5	7,5	9	2,3
<b>Tempo total do acolhimento</b>				
< 1 ano	21	31,3	226	57,8
1-2 anos	19	28,4	56	14,3
> 2 anos	23	34,3	81	20,7
SI	4	6	28	7,2
<b>Situação sócio-jurídica</b>				
Adoção/Família Substituta	16	23,9	113	28,9
Família Extensa	2	3,0	6	1,5
Fuga	3	4,5	39	10
Família de Origem	15	22,4	132	33,8
Permanece acolhida	31	46,3	87	22,3
SI	0	0	14	3,6

No que tange ao perfil institucional, identificou-se que, no G1, em 50,7% dos casos já havia registro de passagens anteriores dos acolhidos em alguma instituição de proteção. Para 34,3% o tempo de acolhimento foi superior a dois anos e mais de 46% permaneciam na instituição no período da coleta de dados. No G2, a maioria dos acolhidos encontrava-se no seu primeiro acolhimento (57,3%), passou no máximo um ano na instituição (57,8%) e já havia sido desligado da unidade no período da coleta de dados, sendo que 33,8% retornaram para a família de origem e 28,9% foram encaminhados para adoção ou família substituta. Quando se comparam os dois grupos, em termos das características do processo de acolhimento, observa-se que o histórico de acolhimento e a situação sociojurídica são as variáveis que mais apresentam diferenças entre os grupos.

Verificou-se também se as crianças e adolescentes acolhidos recebiam visitas do pai e da mãe. O G1 foi mais visitado pela mãe (47,8%) do que o G2 (39,9%); por outro lado, o G2 (23,8) foi mais visitado pelo pai do que o G1 (20,9). Quando se contabilizou a frequência total de visitas (incluindo parentes, amigos e pessoas da comunidade), percebeu-se que o G2 (62,7%) recebeu mais vistas do que o G1 (20,9%), contudo as diferenças na frequência das visitas não se mostraram estatisticamente significativa. Adicionalmente, buscou-se identificar que tipo de serviços públicos os acolhidos acessavam durante o período em que estavam no abrigo. Para o G1 os serviços mais acessados foram os psicossociais (28,4%), já para o G2 foram os serviços de saúde (38,6%). As atividades de educação, esporte e cultura foram pouco frequentes tanto para o G1 (6%) quanto para o G2 (2,3%).

Após serem efetuadas as análises descritivas, os resultados foram organizados e serão apresentados em formato de tabela, pois, para efeito deste tipo de análise, foram considerados somente os dados válidos, ou seja, foram excluídas da contagem as células categorizadas como sem informação (SI). A Tabela 4 mostra as variáveis e suas respectivas categorias com

associação estatisticamente significativa, medida por meio do teste *Qui-quadrado* ( $X^2$ ) e dos *Resíduos Ajustados*.

Tabela 04.

*Características biossociodemográficas e do processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes acolhidos por motivo de violência sexual e por outros motivos, na RMB, em 2012, com associação estatisticamente significativa.*

Categorias (N)	Motivo Vio. Sexual (G1)		Outros motivos (G2)		(gl) $X^2$
	f	%	f	%	
<b>Sexo (458)</b>					
Feminino	55	82,1	181	46,3	(1)29,347*
Masculino	12	17,9	210	53,7	
<b>Faixa de Desenvolvimento (458)</b>					
Criança	25	37,3	195	49,9	(1)3,614*
Adolescente	42	62,7	196	50,1	
<b>Escolaridade (436)</b>					
Não estuda	18	29,5	78	20,8	(4)29,980*
Ed. Infantil	0	0	26	6,9	
Ensino Fundamental	40	65,6**	166	44,3	
Ensino Médio	3	4,9	6	1,6	
Fora da idade escolar	0	0	99	26,4**	
<b>Primeiro Acolhimento (444)</b>					
Sim	28	45,2	224	58,6	(1)3,948*
Não	34	54,8	158	41,4	
<b>Tempo total do acolhimento (426)</b>					
< 1 ano	21	33,3	226	62,3**	(2)18,794*
1-2 anos	19	30,2	56	15,4	
> 2 anos	23	36,5**	81	22,3	
<b>Situação Sociojurídica (444)</b>					
Adoção/família substituta	16	23,9	113	30	(4)17,663*
Família extensa	2	3	6	1,6	
Fuga	3	4,5	39	10,3	
Família de origem	15	22,4	132	35,5**	
Permanece acolhida	31	46,3**	87	23,1	

\* $p \leq 0,05$ ; \*\*Resíduos ajustados  $> 2,0$

Os dados indicados na Tabela 4 revelaram que houve associação estatística entre as variáveis sexo e motivo para o acolhimento ( $X^2 = 29,347$ ;  $gl = 1$ ;  $p > 0,001$ ), sendo notadamente as meninas as principais acolhidas em instituições por situações de violação

sexual. Na mesma direção, foi identificada associação estatística entre as variáveis faixa de desenvolvimento e motivo para o acolhimento ( $X^2 = 3,614$ ;  $gl = 1$ ;  $p = 0,05$ ), tendo sido a adolescência mais fortemente relacionada ao motivo violência sexual.

No que concerne à escolaridade dos acolhidos, o teste *Qui-quadrado* apontou relação significativa desta variável com o motivo para o acolhimento ( $X^2 = 29,980$ ;  $gl = 4$ ;  $p < 0,001$ ), sendo que estar cursando o ensino fundamental foi mais frequente no G1 (65,6%) e fora da idade escolar no G2 (26,4%). Essa relação se explica pelo fato de o G2 concentrar o maior número de crianças na faixa-etária de zero a seis anos (32,9%), e o G1, adolescentes na faixa-etária de 16 a 19 anos (32,8%).

O teste *Qui-quadrado* mostrou, ainda, associação estatística entre o motivo para o acolhimento e o tempo de permanência na instituição ( $X^2 = 18,794$ ;  $gl = 2$ ;  $p < 0,001$ ). A respeito dessa associação, enquanto no G1 predominou o tempo de permanência superior a dois anos (36,5%), no G2, predominou o período de tempo inferior a um ano (62,3%).

Outra variável que se mostrou associada ao motivo do acolhimento foi a situação sociojurídica das crianças e adolescentes acolhidos ( $X^2 = 18,794$ ;  $gl = 2$ ;  $p < 0,001$ ). Permanecer acolhido foi a condição mais comum para o G1 (46,3%) e o retorno à família de origem para o G2 (35,5%).

Por fim, procedeu-se a aplicação do teste de *Mann Whitney (U)* para verificar se havia diferença significativa na idade e no tempo de permanência na instituição entre os dois grupos. O resultado do teste *U* mostrou que a *média rank* da idade do G1 (282,62) foi maior do que o G2 (218,57), havendo diferença estatística entre as médias ( $U = 9338,500$ ;  $p < 0,001$ ). O teste *U* também apontou diferença significativa no tempo total do acolhimento entre o G1 e o G2 ( $U = 7339,500$ ;  $p < 0,001$ ), sendo a *média rank* do G1 (278,50) maior do que a do G2 (202,22).

## **Discussão**

Os resultados apresentados neste estudo apontaram as características gerais das crianças e adolescentes acolhidos em instituições por motivo de violência sexual (G1) e por outros motivos (G2). Neste sentido, observou-se que os motivos para o acolhimento são diversos, e em geral estão associados a um conjunto de situações de risco e vulnerabilidade em que as crianças e adolescentes se encontram. A maior incidência de motivos relacionados à negligência, ao abandono e aos maus tratos é similar aos dados observados tanto em levantamentos de abrangência nacional (CNMP, 2013; Constantino et al., 2013; Silva, 2004) quanto em pesquisas circunscritas a contextos locais (Corrêa, 2016; Fukuda et al. 2013).

Apesar de não ser o principal motivo para o acolhimento, a violência sexual apareceu entre as justificativas mais comuns para a aplicação desta medida protetiva. Em toda a literatura examinada neste trabalho sobre o perfil da população infanto-juvenil acolhida, este tipo de violência foi mencionado como um dos motivos para o acolhimento de crianças e adolescentes (Cavalcante et al. 2014; Constantino et al., 2013; Corrêa, 2016; Fukuda, 2013; CNPM, 2013; Serrano 2008; Silva, 2004; Walakira, 2015).

O percentual de meninas vítimas de violência sexual foi significativamente superior ao de meninos na mesma condição. A maior incidência do abuso sexual sobre o gênero feminino já foi identificada antes em populações de adolescentes em acolhimento institucional (Braga & Dell'Aglio, 2012), na população de crianças e adolescentes de municípios de médio porte do Brasil (Oliveira et al., 2014), em capitais (Pincolini & Hutz, 2014), em levantamentos nacionais (Waiselfishz, 2012; IPEA, 2014) e internacionais (Barth, Bermetz, Heim, Trelle & Tonia, 2013; Stoltenborgh et al., 2011; WHO, 2002). Deve-se ressaltar, entretanto, a problemática da identificação e subnotificação dos casos de violência sexual contra meninos que podem contribuir para que a diferença na incidência entre os gêneros pareça maior do que é na realidade (Baía, 2015; Hohendorff et al., 2012)

A faixa etária foi outra variável investigada neste estudo, e identificou-se que a *média rank* (Teste U) do G1 foi maior do que o G2, e que, no G2, a medida que aumentava a idade, diminuía a frequência de acolhidos por outros motivos, enquanto que no G1 essa relação parece ser inversa. Ou seja, à medida que as crianças vão ficando mais velhas mais vulneráveis encontram-se às experiências de violência sexual. Por outro lado, quando menores, são expostas a várias outras situações de risco, como o abandono, a negligência e a violência física (Cavalcante, 2008; Serrano, 2008; Waiselfishz, 2012).

Considerando que o número de meninas vitimadas pela violência sexual foi superior ao de meninos, que há um progressivo aumento desses casos conforme avança a faixa de idade e que o percentual de adolescentes vítimas é superior ao de crianças, os resultados desse estudo parecem apontar para uma possível associação entre as variáveis sexo, faixa etária e a violência sexual como motivo para o acolhimento. Essa relação foi, em parte, assinalada por Waiselfishz (2012), que observou um aumento sistemático nas taxas de violência sexual contra crianças e jovens do gênero feminino à proporção que aumentava a idade, com o pico na faixa etária de 10-14 anos e ligeira queda a partir dos 15 anos. Esses dados, decorrentes de um levantamento nacional, parecem adequados à realidade encontrada no contexto deste estudo.

A população de adolescente desta pesquisa apresenta uma especificidade quanto ao sexo, pois diferente dos dados apresentados nos levantamentos nacionais (Constantino, 2013; CNMP, 2013; Silva, 2004) e pesquisas sobre instituição de acolhimento de menor abrangência (Chaves, Lima, Mendonça, Custódio & Matias, 2013), onde predominam acolhidos do gênero masculino, aqui se observou o maior número de meninas para qualquer dos grupos estudados. Segundo as Estatísticas de Gênero (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), no Pará, nas faixas etárias de 10 a 14 anos (50,9% homens; 49,1% mulheres) e 15 a 19 anos (50,4% homens; 49,1% mulheres), o número de meninos é

levemente superior ao de meninas. Logo, a diferença na distribuição dos percentuais deve-se mais às características específicas da população estudada do que a aspectos demográficos gerais.

O que parece ser mais provável é que à proporção em que aumenta a idade das meninas elas vão ficando mais expostas a diferentes tipos de violência e outras vulnerabilidades, e não somente a violência sexual. Por exemplo, no levantamento nacional sobre as notificações de violência realizadas por estabelecimentos de saúde no Brasil, foi verificado que os casos de violência física envolviam mais frequentemente meninas (58,3%) do que meninos (41,7%) (Waiselfishz, 2012). Resultados semelhantes podem ser encontrados no estudo de Veloso et al. (2013), onde, para todos os tipos de violência estudados, as vítimas mais comuns foram as mulheres, com destaque para a faixa etária de 10-19 anos (55,1%).

As principais razões apontadas para esse nítido demarcador de gênero relacionado às vitimizações por violência têm sido as relações desiguais entre homens e mulheres, as expectativas de papéis que situam a mulher como sujeita ao homem e este como provedor, chefe da família e proprietário da esposa e dos filhos, típico de um padrão patriarcal de organização familiar (Lavaratti & Silvestre, 2013).

Os estudos de Baía et al. (2015) e Borges e Zingler (2013), apontaram que, diante da revelação do abuso sexual alguns familiares e os próprios agressores podem culpabilizar a vítima e minimizar ou naturalizar a violência. Essas atitudes são ainda mais comuns no caso de vítimas adolescentes, e se constituem como um grave fator de risco para o desenvolvimento dessas meninas, tendo em vista que também podem ser compartilhadas por funcionários dos serviços de segurança, do judiciário e das instituições de acolhimento.

Ressalta-se que tanto nas pesquisas sobre o acolhimento institucional (Moreira, 2014) quanto sobre a violência sexual (Lavaratti & Silvestre, 2013), pontuam-se importantes questões sobre a organização e funcionamento da família, que ancoradas em relações de

desigualdade social e de gênero, e nas relações autoritárias entre adulto e criança, facilitam várias manifestações da violência contra mulher e contra a população infanto-juvenil.

Ao constatarem a alta prevalência de violência intrafamiliar entre meninas e meninos acolhidos em instituições, Braga e Dell'Aglio (2012) ponderaram que apesar de os índices apontarem para uma situação complexa e preocupante, atestava que os princípios do ECA estavam sendo cumpridos, na medida em que era oferecido um espaço alternativo, ainda que provisório, para que estes sujeitos pudessem seguir o curso de seu desenvolvimento. Esta consideração deve ser vista com cautela, já que o próprio ECA enxerga a criança e o adolescente vítima de violência sexual como possuidor do direito inalienável de convivência familiar com os membros não agressores, devendo, neste caso, o familiar agressor ser afastado da moradia comum, como fica evidente no artigo 130. Desta forma, salvo o interesse superior de proteção e bem estar da criança e do adolescente, retirar a vítima de violência sexual do seio familiar e submetê-la ao acolhimento institucional é violar mais um de seus direitos fundamentais e reforçar o já tão comum e doloroso sentimento de culpa pela agressão sofrida.

Considerando o exposto no parágrafo anterior, cabe questionar se outras medidas de proteção, como a descrita no artigo 130 do ECA, estão sendo tomadas antes da opção pelo acolhimento, ou se esta última tem sido priorizada pelo judiciário e serviços socioassistenciais em situações de violência sexual contra a população infanto-juvenil, tornando, neste caso, a medida de proteção em uma violação de direitos. Habigzang, Ramos e Koller (2011) afirmam que, em casos de violência sexual intrafamiliar, a retirada do autor de agressão da moradia comum não é uma medida tomada com frequência e nem recebe o devido acompanhamento da autoridade judiciária, sendo mais comum o acolhimento institucional.

Às crianças e adolescentes em situação de acolhimento, devem ser garantidos todos os direitos fundamentais. A educação aparece em dispositivos jurídicos como direito básico e

prioritário de crianças e adolescentes (CF, 1988; ECA, 1990). As instituições de acolhimento devem garantir e acompanhar os processos de escolarização dos acolhidos, bem como sua inserção em programas socioeducativos e projetos abrangentes de formação humana (Brasil, 2009). Tendo isso em vista, este estudo também analisou dados básicos de escolarização da população de 0 a 19 anos que viviam em unidades de acolhimento na RMB. A maioria das crianças do G1 (0 a 6 anos) não frequentava a pré-escola, resultados similares aos apresentados por Serrano (2008).

Um histórico de violência sexual parece ter tido impacto na escolarização de crianças e adolescentes, dado que 26,9% dos acolhidos do G1 estavam sem frequentar a escola; ainda que a maioria estivesse cursando o ensino fundamental. Na população de adolescentes do grupo G2, chama atenção o alto percentual de casos de não frequência escolar e baixa matrícula no Ensino Médio, que apresentam semelhanças e diferenças com os dados de escolarização do estudo de Siqueira e Dell’Aglío (2010). São semelhantes quanto à baixa escolaridade de crianças e adolescentes, sugerindo a defasagem idade-série. São diferentes na medida em que o índice de não frequência escolar naquela pesquisa foi menor que 6%, e nesta, foi de até 20,8% para os adolescentes acolhidos do G2. Porém, este dado pode ser explicado pelo fato de um grande percentual de crianças de 0 a 3 três anos compor o G2, estando elas fora da faixa etária de escolarização.

A análise dos dados disponíveis sobre o acesso aos serviços da rede sugere que crianças e jovens vítimas de violência sexual (G1) acessaram mais os serviços psicossociais quando comparados ao grupo outros motivos (G2). Este último, por sua vez, foi atendido mais em serviços de saúde. O acesso a serviços de educação não formal, esporte e cultura foi o menos frequente e, aliado aos dados apresentados a respeito da escolarização, podem indicar que importantes condições para formação e desenvolvimento humano estão sendo negligenciadas pelas instituições.

Pesquisas (Abaid & Dell’Aglío, 2014;; Chaves, 2013; Habigzang et al., 2011) têm demonstrado que as experiências de violência e acolhimento podem resultar em efeitos danosos ao desenvolvimento, requerendo cuidados especializados com a saúde física e mental, bem como a assistência social por meio de políticas públicas que garantam a reinserção familiar e comunitária e melhorias na qualidade de vida. Por exemplo, o estudo longitudinal realizado por Abaid et al., (2010), com crianças e adolescentes acolhidos em uma instituição, encontrou um elevado número de preditores e sintomas clinicamente relevantes de depressão. As pesquisadoras sugeriram que não só medidas de prevenção, mas também de intervenção direta deveriam ser realizadas para tratar os sintomas relacionados à depressão apresentados por aqueles indivíduos.

Os resultados referentes a esta pesquisa também possibilitaram investigar se as crianças e adolescentes recebiam ou não visita do pai e da mãe. Observou-se que, apesar da baixa frequência, a visita do pai era mais comum para o G2 do que para o G1, sem diferença significativa entre os grupos. Já a visita da mãe era mais frequente para os acolhidos do G1, embora também não tenha sido identificada diferença estatisticamente significativa entre os grupos.

As visitas são um importante mecanismo para preservar os vínculos familiares e comunitários, com vistas à reinserção da criança e do adolescente na família e comunidade de origem. Além disso, a visita dos pais ou de membros da família de origem pode ser uma importante oportunidade para o estabelecimento de relações afetivas e aquisição e melhorias nas habilidades parentais. Na cultura brasileira e em muitas outras de caráter machista, os pais são isentos dos cuidados de higiene e afetivos para com os seus filhos, ficando tais tarefas a cargo das mães ou de outras mulheres cuidadoras (Lavoratti & Silvestre, 2013; Moreira, 2014; Rufino, Magalhães & Cavalcante, 2014). Logo, a maior proporção de mães em relação aos pais que visitam seus filhos é um fenômeno comum e reconhecido na literatura,

evidenciando, muitas vezes, a matrilinearidade na responsabilidade dos cuidados com os filhos (Constantino, 2013; Silva, 2004).

Diferentemente dos dados relacionados à visita, as variáveis: primeiro acolhimento, tempo total de permanência na instituição e situação sociojurídica se mostraram associadas estatisticamente aos motivos do acolhimento, sendo que as crianças e adolescentes do G1 mais frequentemente possuíam experiências anteriores de acolhimento, passaram um tempo significativamente maior na instituição e com menos frequência retornaram para a família de origem do que os acolhidos do G2. Tais resultados evidenciam a complexidade da violência sexual no contexto intrafamiliar, especialmente quando inexistente uma rede de suporte social e afetiva responsiva e a família extensa não consegue oferecer proteção e cuidado às vítimas, culminando com o acolhimento.

Ao se verificar que a maioria das crianças e adolescentes do G1 já passou por uma instituição de proteção especial antes do atual acolhimento, pode-se refletir que, no contexto familiar, frequentemente, a violência sexual está associada a outros tipos de violência que, por sua vez, são determinadas por diversos fatores de risco presentes na família, dificultando sobremaneira a adoção de atitudes protetivas pelos membros não agressores quando o abuso sexual é revelado. Nesse sentido, Habigzang et al. (2011) apontam que, muitas vezes, a família toma o conhecimento da situação de abuso sexual, mas decide por não fazer a denúncia por medo de retaliações do autor de agressão, desconhecimento das leis e da rede de proteção às vítimas, dificuldades de subsistência familiar sem apoio financeiro do agressor ou mesmo por naturalização da situação de violência. Desta forma, as crianças e adolescentes ficam expostas a várias e repetidas situações de violência e quando estes casos chegam ao conhecimento das autoridades competentes são por motivos de negligência e violência física, ficando a violência sexual secundarizada.

Na presente pesquisa, outro aspecto que chama atenção é o maior tempo de permanência na instituição de crianças e adolescentes do G1 em comparação ao G2. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Griffiths, Murphy e Harper (2017) no qual crianças vítimas de violência sexual tiveram um tempo médio de permanência no sistema de assistência social significativamente superior àquelas que deram entrada no sistema por qualquer outro motivo.

As questões complexas que envolvem a violência sexual intrafamiliar, marcada por jogos de mascaramento e silenciamento, geralmente associados à violência física e psicológica; disputas, rupturas e ameaças entre os membros da família (Lavoratti & Silvestre, 2013); longos períodos de tramitação de processos jurídicos, dificuldade para reunir provas e responsabilizar o possível agressor (Habizang et al., 2006); e a presença de diversos fatores de risco como uso abusivo de álcool, criminalidade, histórico de outros tipos de violência e sua reprodução intergeracional (Borges & Zingler, 2013; ), podem concorrer para que o retorno da criança e do adolescente, vítima de violência, para o seio familiar demande maior tempo ou mesmo seja impossível.

Contudo, as instituições e outras políticas de assistência social devem trabalhar de forma articulada para promover o desenvolvimento das famílias e fortalecimento dos vínculos familiares, a fim de eliminar ou atenuar os fatores de risco que determinaram o primeiro acolhimento e garantir o direito a convivência familiar e comunitária. Caso contrário, o acolhimento institucional pode se tornar um fim em si mesmo, deixando de funcionar como uma medida de proteção especial e se tornando um contexto em que emergem vários fatores de risco para o desenvolvimento.

### **Considerações Finais**

Os resultados apresentados neste estudo evidenciaram que a violência sexual figura como um dos mais importantes motivos para o acolhimento institucional. Essa grave violação de direitos atinge majoritariamente as meninas no período final da infância e início da adolescência. Aspectos culturais relacionados à ideologia patriarcal e a cultura do machismo são apontados como importantes fatores que contribuem para o nítido demarcador de gênero nas vitimizações por violência sexual. Por outro lado, esses mesmos fatores podem estar contribuindo para o baixo percentual de notificação de violência sexual contra meninos, pois, muitas vezes, os contatos sexuais com mulheres mais velhas não são reconhecidos pelas crianças e/ou familiares como relações abusivas, ou porque os meninos temem serem identificados como fracos ou homossexuais.

Os resultados desse estudo evidenciaram que o maior tempo de acolhimento, experiências anteriores de institucionalização, maior dificuldade de reintegração à família de origem e alto percentual de evasão escolar podem estar relacionados com a violência sexual como o motivo para o acolhimento.

O acolhimento institucional é uma importante medida de proteção especial nos casos identificados de violência sexual, contudo, não é a única; por isso, sempre que cogitada a adoção dessa medida, deve-se ter como horizonte seus princípios – a excepcionalidade e a provisoriedade – evitando adotá-la como um fim em si mesmo. A violência sexual é uma grave violação dos direitos das crianças e adolescentes e tem severas consequências ao desenvolvimento psicossocial desses indivíduos, por isso é fundamental atenção integral à saúde dessa população e diligência no cuidado no âmbito da instituição, a fim de se possibilitar o crescimento saudável e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

Com este estudo, considera-se que foi possível conhecer o perfil de crianças e jovens vítimas de violência sexual colocados sob a medida protetiva do acolhimento institucional, no ano de 2012, e, com os dados apresentados, pretende-se contribuir no processo de formulação de políticas e orientação de práticas de cuidado. Espera-se que, com o conjunto dos dados e discussões registradas neste trabalho, se não conseguir agir na prevenção desse tipo de violência e o conseqüente acolhimento de tantas crianças e adolescentes por esse motivo, pelo menos, auxiliar na adoção de medidas que busquem estrategicamente minimizar os efeitos do abuso e a prevenir a revitimização no contexto institucional. Nesta esteira, é fundamental o diligente acompanhamento dessas crianças e adolescentes pelos serviços de acolhimento e a inclusão deles em programas de atenção a saúde mental, educação, esporte e cultura a fim de se atenuar os efeitos nocivos ao desenvolvimento deste tipo de violência.

Neste estudo não foi possível conhecer mais detalhadamente os aspectos relacionados ao contexto e as características da violência sexual como o vínculo do autor de agressão com a vítima, tempo de duração, severidade, entre outros, o que dificultou análises mais precisas sobre fatores de risco envolvidos nessa modalidade de violência e seu impacto sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Sugere-se o desenvolvimento de pesquisas qualitativas que possam abarcar a dinâmica da violência combinada com a institucionalização de maneira a tornar mais claro e compreensível a complexidade desses fenômenos em relação.

## Referências

- Abaid, J. L. W., Dell’Aglío, D. D., & Koller, S. H. (2010). Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. *Universitas Psychological*, 9(1), 199-212. Retirado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64712156016>
- Abaid, J. L. W., & Dell’Aglío, D. D. (2014). Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no Sul do Brasil. *Interação Psicologia*, 18(1), 47-57. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v18i1.29331>
- Assis, C. O. (2017). Introdução: por mais direitos sexuais e menos violência sexual. In: Oliveira, A. C. (Org.). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: cenários amazônicos, rede de proteção e responsabilidade empresarial* (pp. 1-12). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Habigzang, L. F., Dell’Aglío, D. D., & Magalhães, C. M. C. (2015). Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia*, 24(1), 1-19. doi: <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2015.37007>
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis. *International Journal Public Health*, 58, 469-483. doi: 10.1007/s00038-012-0426-1.
- Braga, L. L., & Dell’Aglío, D. D. (2012). Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estudos em Psicologia*, 17(3), 413-420. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300009>.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil (1990). *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Brasil, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Conanda.
- Basil (2009). *Lei Nacional da Adoção. Lei Nº 12.010, de agosto de 2009*.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (Veronese, M. A. Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1994).
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Borges, J. L., & Zingler, V. T. (2013). Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 18(3), 453-463. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000300007>

- Carvalho, C. S., Silva, E. R., Souza, S. J., & Salgado, R. G. (2012). Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. *Psicologia Clínica*, 24(1), 69-88. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652012000100006>
- Cavalcante, L. I. C. (2008). *Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de abrigo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará.
- Cavalcante, L. I. C., Costa, L. N., & Magalhães, C.M.C. (2012). Caretaking behavior among siblings in children's shelters. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(1), 165-173. doi: 10.1590/S0102-79722012000100020
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Reis, D. C. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2014.1.13180>
- Chaves, C. M. P., Lima, F. E. T., Mendonça, L. B. A., Custódio, I. L., & Matias, E. O. (2013). Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66(5), 668-674. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672013000500005>.
- Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). *Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.
- Constantino, P.; Assis, S. G., & Mesquita, V. S. F. (2013). Crianças, adolescentes e famílias em SAI. In: Assis, S. G. & Farias, L. O. P. (Org.) *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento* (pp. 161-220). São Paulo: Hucitec.
- Corrêa, L. S. (2016). *Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará.
- Cunha, R. V., & Barreyro, J. P. (2015). Revisión del estado del arte de la depresión, la ansiedad y el apoyo social en torno del tema de niños y adolescentes institucionalizados. *Subjetividad y Procesos Cognitivos*, 19(2), 58-73. Recuperado de: <http://www.scielo.org.ar/pdf/spc/v19n2/v19n2a03.pdf>
- Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Griffiths, A. G., Murphy, A. L., & Harper, W. (2017). Child sexual abuse and the impact of rurality on foster care outcomes: an exploratory analysis. *Child Welfare*, 95(1), 57-76.
- Guedes, C. F. & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 58-67. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>

- Drezett, J, Vasconcellos, R. M., Pedroso, D., Blake, M. T., Oliveira, A. G., & Abreu, L. C. (2012). Transmission of anogenital warts in children and association with sexual abuse. *Journal of Human Growth and Development*, 22(1), 1-11. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822012000100005&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822012000100005&script=sci_abstract)
- Donato, L. J. F. C. (2016). *Concepções e práticas de educadores voltadas para crianças em instituições de acolhimento*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará.
- Fukuda, C. C., Penso, M. A., & Santos, B. R (2013). Configurações sóciofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(1), 70-87. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672013000100006&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672013000100006&script=sci_abstract)
- Habizang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. M (2006). Fatores de risco e proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000300006>
- Habizang, L. F., Cunha, R. C., & Koller, S. H. (2010). Sintomas psicopatológicos em meninas vítimas de abuso sexual abrigadas e não abrigadas. *Acta Colombiana de Psicología*, 13(1), 35-42. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v13n1/v13n1a04.pdf>
- Habizang, L. F., Ramos, M. S., Koller, S. H. (2011). A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de proteção. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 467-473. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010>.
- Hall-Smith, P. H., White, J. W., & Holland, L. J. (2003). A longitudinal perspective on dating violence among adolescent and college-age women. *American Journal of Public Health*, 93, 1104–1109. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1447917/>
- Hohendorf, J. V., Habizang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-415. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012005000007>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Estatísticas de Gênero*. Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=15&cat=1,2,-2,-3,128&ind=4707>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2014). *Nota Técnica. Estupro no Brasil: Uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar)*. Brasília: IPEA.
- Jong, R., Alink, L., Bijleveld, C., Finkenauer, C., & Hendriks, J. (2015). Transition to adulthood of child sexual abuse victims. *Aggression and Violent Behavior*, 24, 175-187. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2015.04.012>

- Lavoratti, C., & Silvestre, L. P. (2013). O reflexo das relações de gênero no cotidiano da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(4), 645-674. Recuperado de: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7440>
- Lima, F. T. I., Pedroso, J. S., & Magalhães, C. M. C. (2014). Redes de apoio de famílias de crianças em acolhimento institucional. *Revista Subjetividades*, 14(1), 87-96. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v14n1/08.pdf>
- Marzol, R. M., Bonafé L., Yunes, M. A. M. (2012). As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidadores protetores. *Psico*, 43(3), 317-324. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7988>
- Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 1(2), 91-102. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>
- Molnar, B. E., Buka, S. L., & Kessler, R. C. (2001). Child sexual abuse and subsequent psychopathology: results from the national comorbidity survey. *American Journal of Public Health*, 91(5), 753-760. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11344883>
- Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe. 2), 28-37. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000600004>.
- Oliveira, J. R., Costa, M. C. O., Amaral, M. T. R., Santos, C. A. S., Assis, S. G., & Nascimento, O. C. (2014). Violência sexual e coocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 759-771. doi: 10.1590/1413-81232014193.18332013
- Paludo, S. S., & Schirò, E. D. B. (2012). Um estudo sobre os fatores de risco e proteção associados à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes e jovens adultos. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 397-404. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300007>
- Pasian, M.S., Bazon, M.R., Pasian, S.R., & Lacharité, C. (2013). Negligência infantil a partir do Child Neglect Index aplicado no Brasil. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(1), 106-115. doi: 10.1590/1678-7153.201528112
- Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia*, 22(2), 301-311. doi: 10.9788/TP2014.2-03
- Rufino, T. S., Magalhães, C. M. C., & Cavalacante, L. I. C. (2014). Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(1), 49-60. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229030926004>

- Salina-Brandão, A., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-343. doi: 10.1590/S0102-79722009000300003
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risk, protection and resilience in the development of children and adolescents. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200007>
- Serrano, S.A. (2008). *O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto*. Tese de doutorado não publicada. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000300003>
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Silva, M. L., & Arpini, D. M. (2013). O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, 19(3), 422-440. doi: <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9563.2013v19n3p422>.
- Souza, L. R. P. (2017). A violência sexual contra crianças e adolescentes como violação dos direitos humanos: construções históricas e conceituais. In: Oliveira, A. C. (Org.). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: cenários amazônicos, rede de proteção e responsabilidade empresarial* (pp. 77-105). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Stolterborg, M., Van Ijzendoorn, M. H., Euser, E. M., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, 16(2), 79-101. doi: 10.1177/1077559511403920
- Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., Dell'Aglio, D. D., Cabral, I., & R.Gomes, M. M. (2013). Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(5), 1263-1272. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000500011>
- Waiselfishz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos.
- Walakira, E.J., Dumba-Nyanzi I, Bukenya B. (2015). *Child care institutions in selected districts in Uganda and the situation of children in care: a baseline survey report for the strong beginnings project*. Kampala: Terres des Hommes Netherlands.
- Weber, L. N. D., & Kossobudzki, L. H. M. (1996). *Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.
- World Health Organization – WHO. (1996). *Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority*. Geneva: WHO.

World Health Organization – WHO. (2002). *Violence: a global public health problem. World report on violence and health*. Geneva: WHO.